

Ciclo petrolífero em Angola: evidência gráfica e leitura comparativa dos mandatos de JES e JGL

Paulo Vica¹

Resumo

O presente artigo visa analisar os efeitos do ciclo petrolífero durante a vigência dos presidentes José Eduardo dos Santos (JES) e João Manuel Gonçalves Lourenço (JGL), ainda em exercício. Ignorar a dimensão dinâmica da economia equivale a abdicar do realismo analítico. Para tal, o estudo recorreu ao método de análise descritiva, utilizando os principais indicadores macroeconómicos de Angola, examinados graficamente em dois momentos distintos: o período anterior ao choque externo e o período posterior ao choque, correspondentes, respetivamente, aos mandatos de JES (2012–2017) e JGL (2017–2022). Considerando os efeitos adicionais da pandemia da COVID-19, a análise foi estendida até 2024, abrangendo parcialmente o segundo mandato de JGL. Os resultados sugerem que as respostas políticas angolanas variam de acordo com a magnitude e a velocidade das crises. Observa-se que a economia angolana atravessou dois momentos distintos: um período de crescimento elevado, porém menos sustentável e realista, e um período subsequente de ajustes marcado por ajustamentos macroeconómicos mais rigorosos, acompanhados de elevados custos sociais, refletindo um padrão típico de economias dependentes de *commodities*.

1. Introdução

O presente ensaio tem como objectivo contribuir para uma leitura mais atenta, rigorosa e esclarecida da economia, particularmente no que respeita à avaliação do desempenho — ou efetividade — económico das administrações públicas. Avaliar o desempenho económico exige não apenas domínio técnico, mas também experiência analítica e uma postura desapaixonada, de modo a evitar enviesamentos que possam comprometer a interpretação dos resultados.

A economia moderna, tal como estruturada a partir dos contributos de autores clássicos e contemporâneos como Adam Smith (1776), David Ricardo (1817), John Maynard Keynes (1936), Evsey Domar (1946), Robert Solow (1956), Nicholas Kaldor (1966) e Anthony Thirlwall (1979), ensina-nos que os fenómenos económicos devem ser analisados segundo diferentes horizontes temporais — curto, médio e longo prazo. Em função desses horizontes, os resultados e as conclusões tendem, naturalmente, a divergir. O factor tempo, portanto, é crucial na análise de qualquer variável social, e em particular das variáveis económicas.

Analizar a economia ignorando a sua dimensão dinâmica equivale a abdicar do realismo analítico. Em Angola, tem-se assistido, ao longo dos anos, a diversas análises económicas, muitas das quais carecem de profundidade e contextualização. Algumas leituras revelam-

¹ paulo.vica@ufu.com.br / paulo.vica23@hotmail.com

se excessivamente rotuladas, limitadas ou normativas, deixando de incorporar elementos cruciais da própria economia nacional e do contexto económico global — sobretudo quando se avalia o desempenho de determinadas políticas públicas ou programas de governo.

Este artigo procura, assim, abrir espaço para uma compreensão mais objectiva da efetividade económica das diferentes administrações, considerando não apenas as decisões de política interna, mas também o contexto externo em que estas foram tomadas. Pretende-se analisar de que forma choques internacionais, nomeadamente as oscilações do preço do petróleo, influenciaram o desempenho económico e como as respostas de política económica mitigaram — ou amplificaram — esses efeitos.

Deste modo, o objetivo central do artigo consiste em analisar o desempenho económico de Angola ao longo dos ciclos petrolíferos, durante os executivos de José Eduardo dos Santos e de João Manuel Gonçalo Lourenço. A questão que orienta a análise pode ser formulada nos seguintes termos: qual dos períodos de governação foi mais penalizado pela conjuntura económica internacional e de que forma as respostas de política económica se comportaram face a esses constrangimentos? A hipótese subjacente sustenta que a política económica angolana tem sido predominantemente reacionária, em detrimento de uma postura mais ativa e previsível.

2. Dinâmica Económica

A preocupação com a dinâmica da economia não é nova. Keynes (1936), ao desenvolver a sua análise, não estava interessado em exercícios abstratos, mas em compreender um problema muito concreto: por que o desemprego crescia e persistia ao longo do tempo, mesmo em economias com capacidade produtiva instalada? A sua inquietação central era perceber como a economia se comporta no curto prazo e de que forma a política económica poderia evitar que crises conjunturais se transformassem em problemas estruturais. É a partir dessa preocupação que a economia passa a ser vista não como um ponto fixo, mas como um processo em movimento.

Essa preocupação marcou uma ruptura com a visão estritamente estática da economia. Keynes mostrou que analisar variáveis económicas num único momento do tempo é insuficiente para compreender fenómenos como recessão, desemprego e instabilidade. A economia, por natureza, evolui — e essa evolução raramente é linear ou proporcional.

Por esse facto é que uma análise económica deve exigir, por definição, uma abordagem dinâmica. Quando se comparam duas ou mais variáveis económicas ao longo do tempo, surge inevitavelmente a questão do crescimento: manter “*todo o resto constante*” implica que uma variável permaneça estática no tempo ou que cresça a uma taxa constante? A experiência empírica demonstra que, na maioria dos casos, as variáveis económicas não evoluem de forma proporcional nem sincronizada.

Um dos principais desafios económicos emerge precisamente quando variáveis fundamentais não crescem — ou crescem a um ritmo inferior — em relação às variáveis às quais deveriam responder. Um exemplo clássico é o crescimento acelerado da dívida pública (Dp) em relação ao PIB, o que tende a gerar fortes pressões sobre a execução dos programas sociais e, ao mesmo tempo, a reduzir o espaço para novos investimentos públicos, sobretudo em economias onde o Estado continua a ser o principal motor da

criação de emprego. Estas assimetrias evidenciam que o verdadeiro problema económico não reside apenas nos níveis das variáveis, mas sobretudo na forma como elas evoluem ao longo do tempo e na relação dinâmica entre si.

Para ilustrar, considere-se o rácio da dívida pública em relação ao produto interno bruto (PIB):

$$TxDp = \frac{Dp}{PIB} \quad (1)$$

Onde Dp representa a dívida pública. Quando se analisa a sua evolução no tempo (2), o foco deixa de ser apenas o nível desse rácio (1) e passa a ser a velocidade de crescimento das duas variáveis.

$$\Delta TxDp = \frac{\frac{dDp}{dt}}{\frac{dPIB}{dt}} = \frac{\Delta Dp}{\Delta PIB} \quad \text{e caso } 0 < \Delta TxDp < 1 \quad (2)$$

Neste caso, mesmo que a economia continue a crescer, o peso da dívida aumenta relativamente à capacidade produtiva do país. Importa sublinhar que a questão central não é apenas quanto a dívida representa num dado momento, mas a rapidez com que cresce face ao crescimento da economia. É esta diferença de velocidades que, ao longo do tempo, compromete a sustentabilidade fiscal e limita a capacidade do Estado em responder às necessidades sociais e económicas.

Assim, o estudo da economia consiste, em grande medida, em analisar o comportamento das variáveis ao longo do tempo, de modo a permitir respostas de política económica mais adequadas e eficazes. A literatura económica, particularmente no campo da dinâmica macroeconómica (Domar, 1946; e Solow, 1956), enfatiza a importância de compreender não apenas os resultados observados, mas também os mecanismos subjacentes que os produzem.

Para que a análise seja rigorosa, é fundamental identificar com precisão as variáveis económicas relevantes, distinguindo claramente entre variáveis centrais e variáveis auxiliares. Uma interpretação incorreta pode levar a conclusões enviesadas. Por exemplo, pode-se atribuir um melhor desempenho económico a um determinado gestor público quando, na realidade, esse desempenho foi fortemente influenciado por fatores externos favoráveis — como um boom no preço do petróleo — e não necessariamente pela eficácia da política adoptada. Em contraste, outro gestor pode ter exercido o seu mandato num contexto de queda acentuada dessa mesma *commodity*, enfrentando constrangimentos significativamente mais severos.

Neste sentido, esta secção assume um caráter didático, procurando evidenciar factores fundamentais da análise dinâmica e da avaliação de desempenho económico.

3. Características Estruturais da Economia Angolana

A economia angolana apresenta um padrão de funcionamento bem conhecido na literatura económica²: trata-se de uma economia fortemente dependente da exportação de *commodities*, em particular do petróleo, o que lhe confere um crescimento instável, volátil e excessivamente condicionado por factores externos. O desempenho económico do país tende a refletir mais o comportamento dos mercados internacionais do que as transformações internas da sua estrutura produtiva, o que limita a autonomia da política económica doméstica.

Essa dependência manifesta-se, antes de tudo, na elevada concentração produtiva e exportadora. Angola exporta essencialmente recursos naturais com baixo grau de integração produtiva e importa bens essenciais, incluindo combustíveis refinados, alimentos e bens de capital. Essa configuração cria um ciclo perverso: quando o preço do petróleo sobe, a economia cresce; quando cai, o crescimento desacelera ou entra em recessão. O crescimento, portanto, não resulta de ganhos de produtividade ou diversificação, mas de variações exógenas no preço da commodity.

A consequência direta desse modelo é a fragilidade macroeconómica. A taxa de câmbio torna-se altamente volátil, refletindo a escassez ou abundância de divisas associada ao ciclo petrolífero. Cada desvalorização cambial corói o poder de compra das famílias, encarece a dívida externa e pressiona a inflação. Assim, a instabilidade cambial não é um problema isolado, mas um sintoma estrutural de uma economia presa à monocultura exportadora.

Outro traço marcante é a baixa diversificação produtiva. Apesar de décadas de crescimento impulsionado pelo petróleo, os sectores agrícolas, industrial transformador e de serviços modernos continuam pouco desenvolvidos. A indústria existente é, em grande medida, extractiva, com fraca capacidade de gerar encadeamentos produtivos internos. Como resultado, a economia cria poucos empregos formais de qualidade e mantém uma base tributária estreita, o que fragiliza a sustentabilidade fiscal no longo prazo.

Nesse contexto, o Estado assume um papel central na economia, não apenas como regulador, mas como principal motor da actividade económica e do emprego. Contudo, essa centralidade não tem sido acompanhada por uma estratégia consistente de transformação estrutural. Os gastos públicos tendem a concentrar-se no funcionamento da máquina administrativa, com menor peso relativo do investimento público produtivo, especialmente em infraestruturas, capital humano e sectores com potencial de diversificação.

Do ponto de vista institucional, essa estrutura económica favorece comportamentos reativos em detrimento de políticas antecipatórias. A política económica tende a responder a crises quando elas já se materializaram, em vez de actuar preventivamente para reduzir vulnerabilidades. A ausência de uma base produtiva diversificada limita o espaço de manobra do Estado, tornando a política fiscal e cambial reféns das condições externas.

² Smith (1776); Ricardo (1817); Young (1928); Myrdal (1957); Rosenstein-Rodan (1940); Verdoorn (1949); Balassa (1965); Kaldor (1966); Thirlwall (1979); Sachs e Warner (1995); Hausmann e Hidalgo (2009); Rodrik et al (2016); Morsy et al (2021), e Vica & Silva (2025).

Em síntese, a economia angolana pode ser caracterizada como uma economia de crescimento dependente, concentrada e vulnerável, cujo desempenho está ancorado em três fatores fundamentais: o preço internacional do petróleo, a taxa de câmbio e o nível de atividade da economia mundial. Enquanto esses elementos permanecerem como os principais determinantes do crescimento, o país continuará a alternar períodos de expansão e retração, sem consolidar um processo de desenvolvimento sustentável.

É a partir dessa constatação estrutural — e não de juízos políticos — que se justifica a análise do desempenho económico ao longo dos diferentes mandatos governamentais. Compreender o tipo de economia que Angola apresenta é condição necessária para avaliar, de forma justa e informada, as respostas de política económica adotadas em cada período e os limites impostos pela própria estrutura produtiva do país.

4. Desempenho Económico em Diferentes Contextos de Governação: Uma Leitura Gráfica

Nesse subtópico, procede-se à análise da economia angolana no período de 2012 a 2024, com particular destaque para a transição presidencial ocorrida em 2017, quando João Lourenço assumiu a chefia do Estado após um longo período de governação de José Eduardo dos Santos. A intenção não é reducionista nem comparativa em termos políticos, mas analítica: compreender os contextos económicos distintos, os choques enfrentados por cada administração e os ganhos — e limitações — associados a cada período de governação. Enfatizar que alógica de analisa é contextual e não causal.

Para efeitos desta análise, recorre-se a um conjunto selecionado de indicadores macroeconómicos que permitem captar, de forma sintética, a evolução da economia angolana ao longo do tempo. Em particular, utilizam-se o Produto Interno Bruto (PIB), o investimento direto estrangeiro (IDE), os gastos públicos com salários e pensões (G1), o investimento público (G6), o preço internacional do petróleo (PRECOIL), as exportações (EXP), a taxa de câmbio (TCN), Estoque da Dívida Externa Total (SDET) e, de forma complementar, a inflação (Inf). Estes indicadores refletem tanto o lado real da economia como a sua dimensão externa e fiscal, sendo especialmente relevantes num país cuja dinâmica macroeconómica permanece fortemente condicionada pelo setor petrolífero, pela disponibilidade de divisas e pela atuação do Estado enquanto principal agente económico.

Metodologicamente, as séries são transformadas em índices e analisadas em termos de variações percentuais, recorrendo, sempre que apropriado, à transformação logarítmica (\ln). Esta opção visa tornar as séries mais suaves, comparáveis e expressas numa mesma ordem de grandeza, permitindo uma leitura mais clara das suas trajetórias ao longo do tempo. As análises são realizadas por meio de gráficos, cujo objectivo central é evidenciar a evolução temporal das variáveis, bem como os seus movimentos relativos.

Adicionalmente, introduz-se uma linha vertical de referência que delimita dois períodos de governação, tendo como ano de corte 2017, momento em que ocorre a transição presidencial. Considera-se, contudo, que os efeitos económicos da nova administração se materializam de forma mais clara a partir de 2018, ano adoptado como base analítica, dado que a gestão orçamental de 2017 ainda esteve, em grande medida, sob responsabilidade do governo anterior, em conformidade com o calendário constitucional.

À luz desta abordagem, a análise que se segue recorre essencialmente à evidência gráfica como instrumento de leitura da dinâmica económica. Os gráficos não são aqui apresentados como mera ilustração, mas como uma forma de organizar a informação económica ao longo do tempo, permitindo identificar tendências, ruturas, acelerações e desacelerações que dificilmente seriam apreendidas apenas por meio de valores pontuais ou comparações estáticas.

Assim, inicia-se a análise com a evolução temporal dos principais indicadores macroeconómicos selecionados, expressos sob a forma de índices e variações percentuais, de modo a tornar comparáveis variáveis de naturezas distintas. Esta leitura gráfica permite observar como a economia angolana respondeu a diferentes contextos internos e externos ao longo do período em análise, criando o enquadramento necessário para, nos gráficos subsequentes, discutir com maior precisão os efeitos associados às mudanças de conjuntura e de governação.

Uma leitura cuidada do cenário macroeconómico angolano é fundamental para garantir a qualidade da interpretação e tornar mais consistentes e realistas as recomendações dirigidas aos decisores de política económica.

Assim, a partir da análise técnica dos gráficos, é possível identificar quatro fases distintas, a saber:

a). Fase I – Pré-choque (2011–2014/15):

- i.) Preço do petróleo é elevado e relativamente estável;
- ii.) Forte entrada de IDE;
- iii.) Reservas internacionais maiores;
- iv.) Crescimento económico mais acelerado;
- v.) Dívida externa mais acelerado.

Uma economia ancorada nos factores exógenos (precoil, câmbio e fluxos externos).

b). Fase II – Choque e ajustamento (2015–2017/18)

- i.) Queda abrupta do preço do petróleo;
- ii.) Deterioração das reservas internacionais;
- iii.) Aumento da pressão cambial e inflacionária;
- iv.) Redução do investimento público;
- v.) Início de ajustamentos fiscais e externos mais lentos;

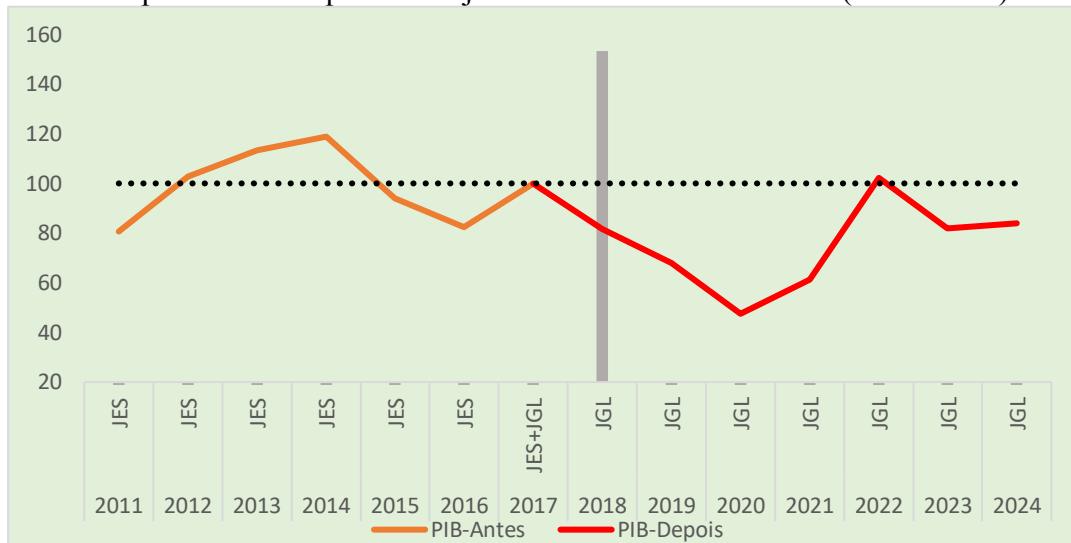
c). Fase III – Pós-ajustamento e recomposição (2018–2024)

- i.) Maior volatilidade do preço do petróleo;
- ii.) Esforço de estabilização macroeconómica;
- iii.) Reorientação do financiamento externo – melhor administração;
- iv.) Recuperação tímida das exportações não petrolíferas – efetivação de alguns programas de produção e incentivo à exportação – embora lenta;

Nesta fase, a economia apresenta-se menos expansiva, porém mais disciplinada, refletindo ajustes macroeconómicos mais realistas.

Para complementar a análise teórica apresentada, segue-se a análise gráfica do comportamento das principais variáveis macroeconómicas, permitindo identificar padrões e tendências sem assumir relações causais definitivas.

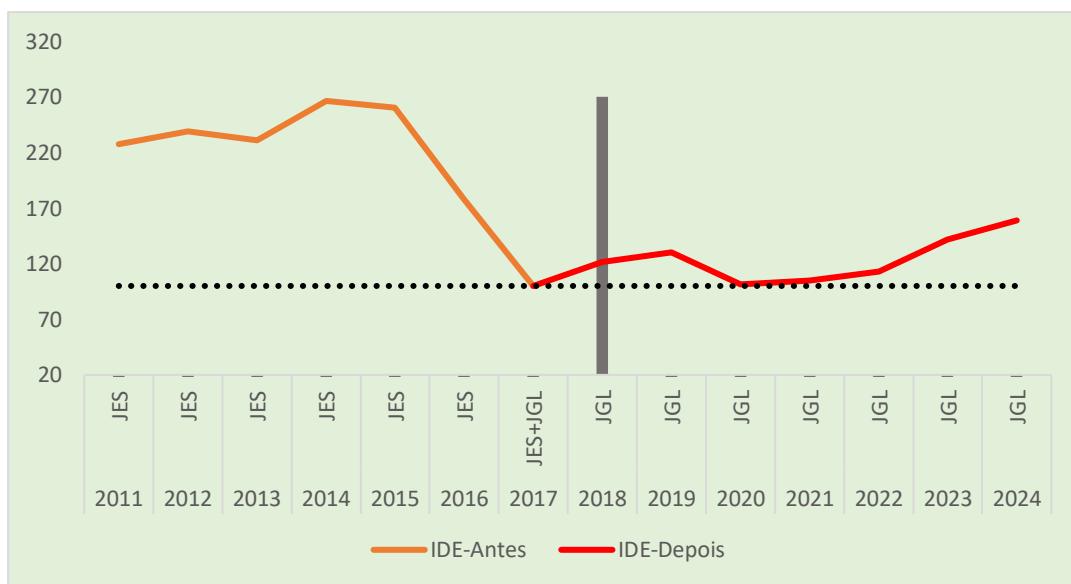
Gráfico 1 – Evolução do PIB no período anterior e no período subsequente ao ajustamento macroeconómico (2017 = 100)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

O Gráfico 1 indica a transição de um modelo económico de carácter expansivo para um modelo de crescimento orientado para a estabilização. Ou seja, apesar da ainda forte influência do petróleo, os mecanismos de ajustamento tornam-se mais compatíveis com um cenário de natureza cíclica.

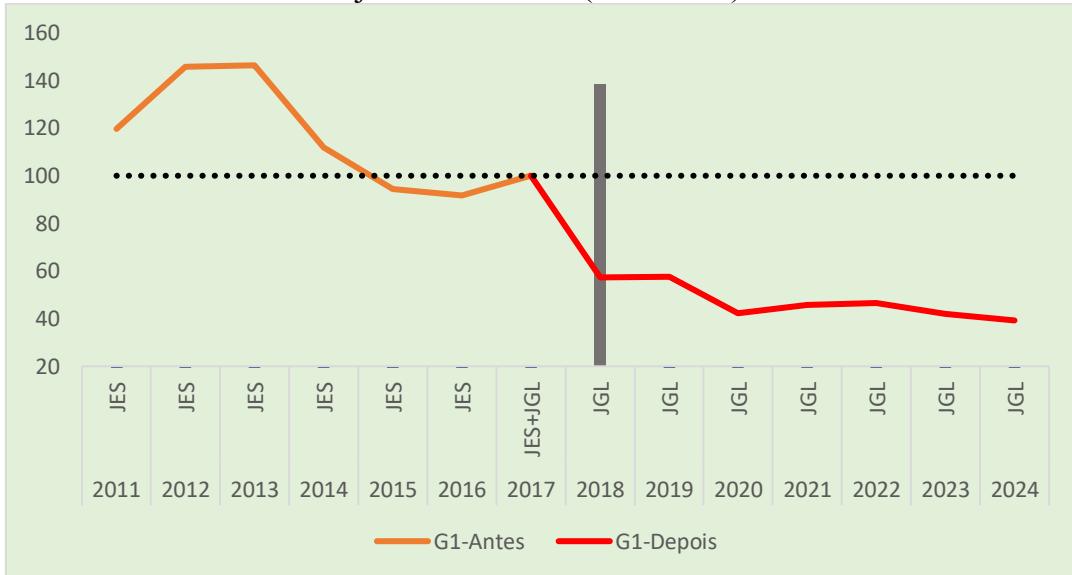
Gráfico 2 - Dinâmica do IDE no período anterior e no período mais recente do ciclo económico



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

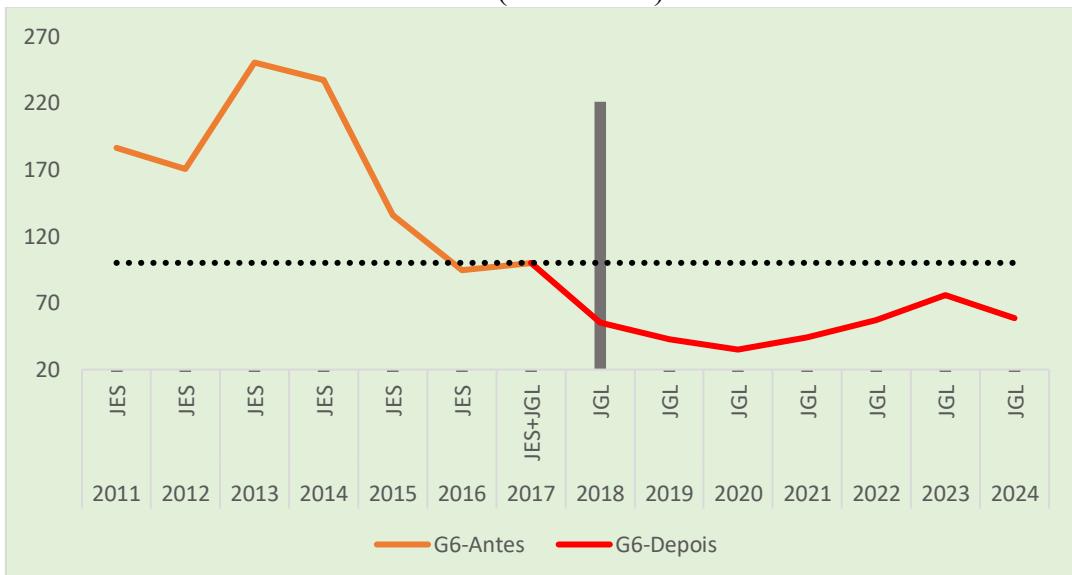
O investimento direto estrangeiro (IDE) apresenta um caráter oportunista, actuando sobretudo em função da alavancagem proporcionada pelo sector petrolífero. Deste modo, não assegura a criação de empregos duradouros, evidenciando uma elevada concentração produtiva.

Gráfico 3 - Gastos com salários e pensões nos períodos anterior e posterior ao ajustamento fiscal (2017 = 100)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank

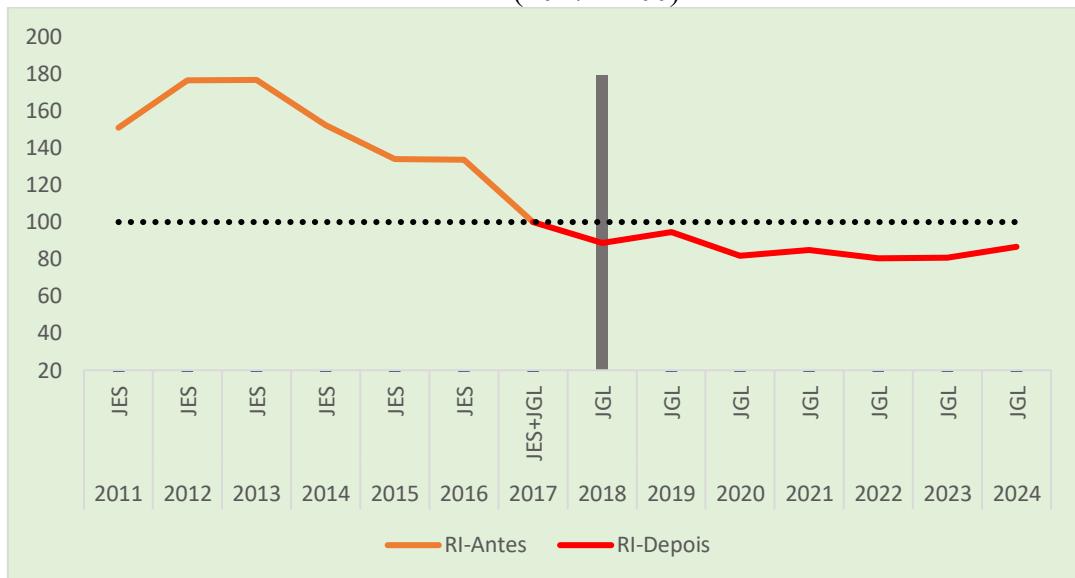
Gráfico 4 - Investimento Público no período de expansão e no período de consolidação fiscal (2017 = 100)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

O gasto público (Gráf. 3 e 4) constituiu a principal variável de ajustamento fiscal. Embora a sua contração em períodos de crise tenda a agravar a desaceleração económica.

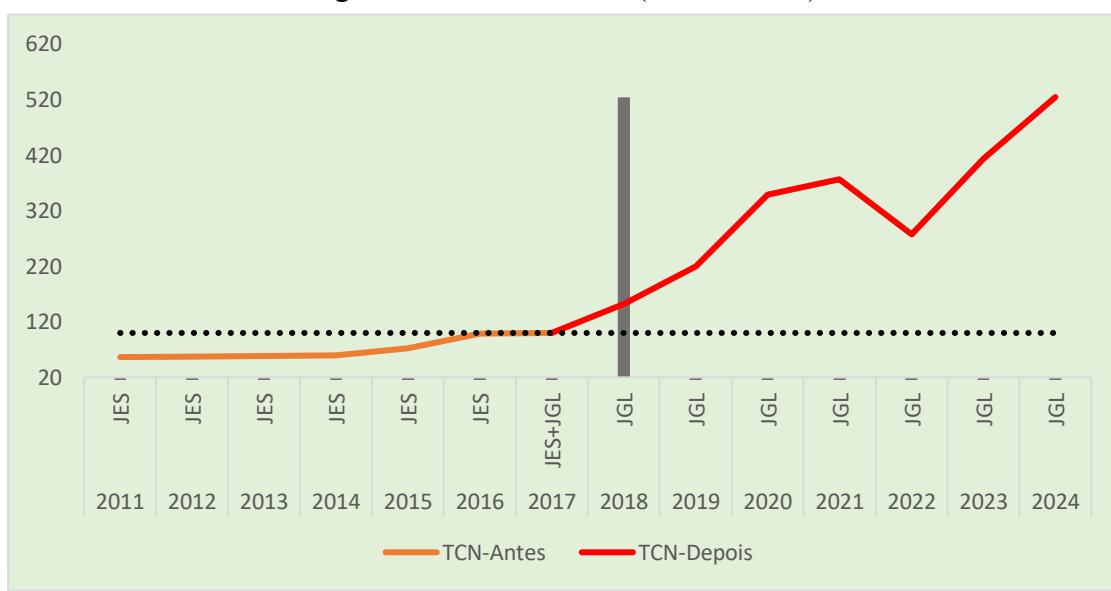
Gráfico 5 - Reservas internacionais nos períodos anterior e subsequente ao choque externo (2017 = 100)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

Observa-se queda acentuada no período de choque, seguido de aparente estabilização posterior em patamar mais baixo. Uso das reservas como amortecedor macroeconómico, mas com custo intertemporal.

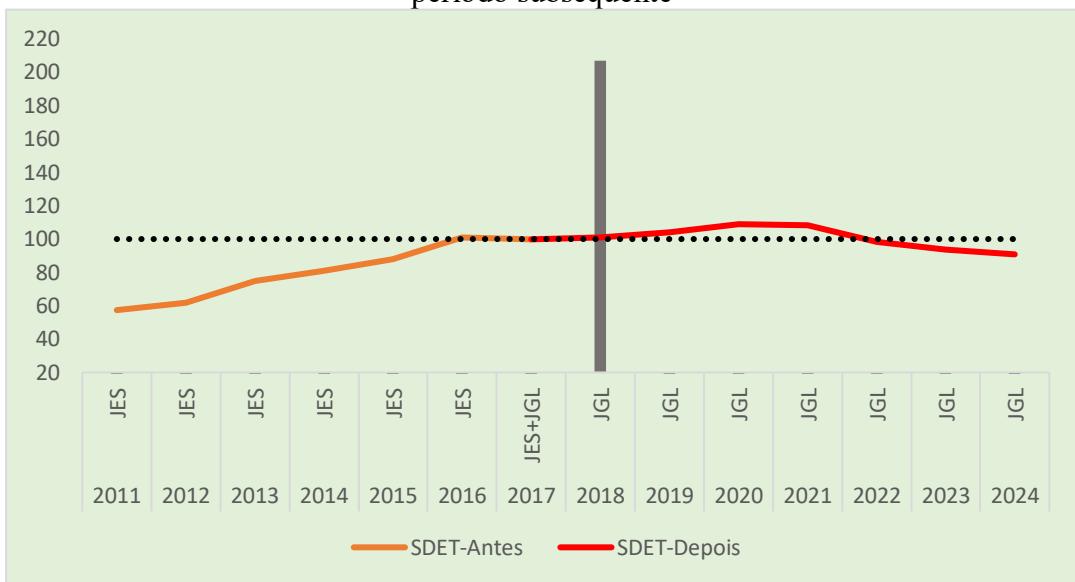
Gráfico 6 - Comportamento da taxa de câmbio nominal antes e após a mudança de regime macroeconómico (2017 = 2010)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

A taxa de câmbio nominal registou uma desvalorização no período pós-choque, associada à perda do regime de câmbio administrado, resultando na absorção do choque externo através dos preços relativos.

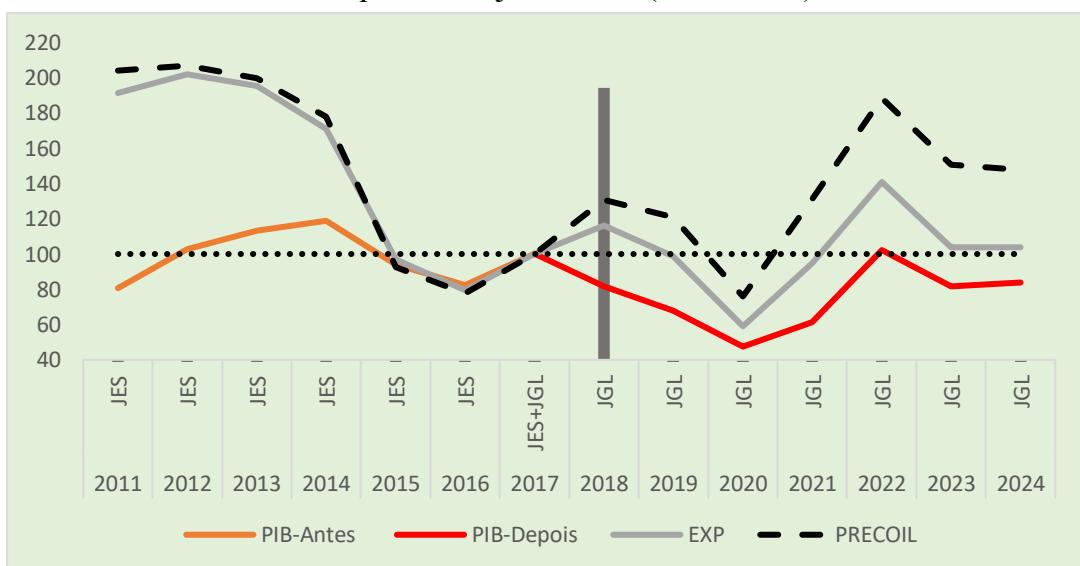
Gráfico 7 - Evolução do Estoque da Dívida externa entre o período pré-ajustamento e o período subsequente



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

A dívida passa a ser instrumento de suavização do ciclo, não apenas de financiamento do crescimento.

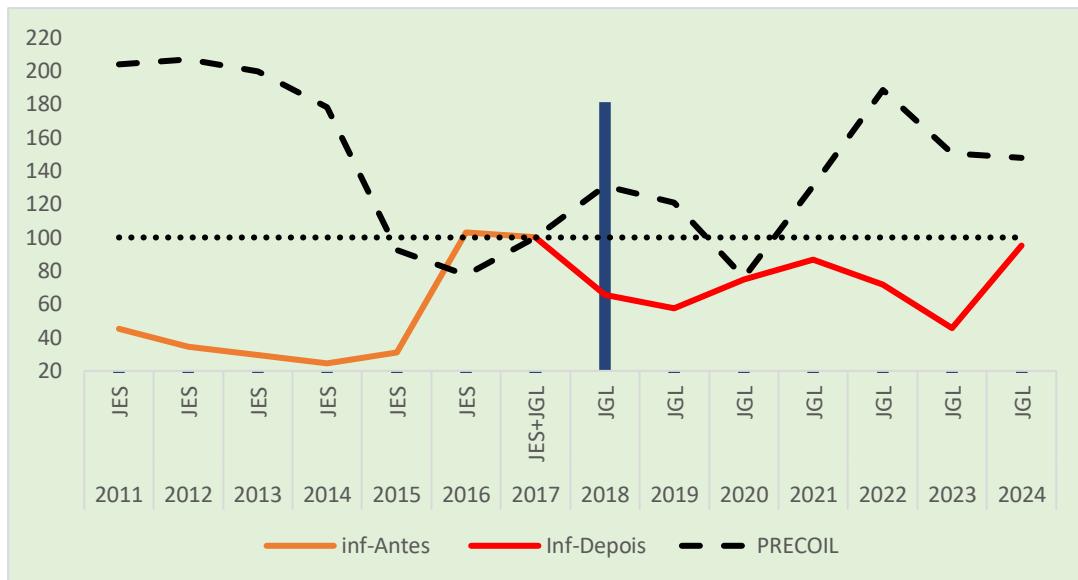
Gráfico 8 - Crescimento económico e sector externo no período anterior e no período subsequente ao ajustamento (2017 = 100)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

O Gráfico 8 evidencia que as exportações, enquanto parcela significativa da economia, acompanham de perto o ciclo do sector petrolífero, o que se traduz numa maior volatilidade macroeconómica e num baixo nível de diversificação produtiva. Deste modo, Angola torna-se excessivamente dependente do preço do petróleo, da taxa de câmbio e da renda externa, variáveis sobre as quais o governo detém controlo limitado.

Gráfico 9 - Inflação e choques petrolíferos no período anterior e no período mais recente (2017 = 100)



Fonte: Elaboração própria. Dados extraídos do BNA, INE e Word Bank.

A inflação apresenta um caráter predominantemente de custos, mais do que de procura. Observa-se que, em períodos de alta do preço do petróleo, a inflação tende a manter-se baixa e relativamente controlável por meio de importações pontuais promovidas pelo Executivo. Em contrapartida, verifica-se uma forte aceleração inflacionária durante o choque externo, seguida de uma desaceleração gradual, o que evidencia o custo social do processo de ajustamento macroeconómico.

O que os gráficos evidenciaram sobre as principais variáveis macroeconómicas angolanas:

- O petróleo assume-se como a principal variável exógena da economia, condicionando de forma determinante a política orçamental do país, o que representa um risco elevado, dada a inexistência de controlo direto sobre essa variável.
- O investimento direto estrangeiro (IDE) aumenta em períodos de valorização do preço do petróleo, verificando-se o movimento inverso quando este diminui. Tal comportamento evidencia uma forte concentração do IDE no setor petrolífero, seja diretamente na produção, seja na prestação de serviços associados.
- A inflação tende a acelerar quando o preço do petróleo (PRECOIL) se reduz, refletindo pressões de custos associadas ao choque externo e ao ajustamento cambial.
- O estoque da dívida externa total (SDET) revela maior elasticidade em períodos de queda do preço do petróleo, e menor elasticidade quando este se encontra em níveis elevados, indicando maior vulnerabilidade externa em contextos adversos.
- As exportações reagem positivamente ao aumento do preço do petróleo (PRECOIL), reforçando a dependência da economia angolana do ciclo petrolífero.

A evidência gráfica sugere um padrão de respostas predominantemente reativas aos choques petrolíferos, consistente com o comportamento típico de economias concentradas em commodities. Estes resultados reforçam a necessidade de uma análise econométrica³ que permita testar formalmente a hipótese proposta, especialmente no que se refere à causalidade.

5. Análise comparativa entre mandatos presidenciais: evidência gráfica

Os gráficos sugerem que nenhuma administração presidencial esteve imune ao ciclo petrolífero; a diferença reside, sobretudo, na forma de resposta ao choque, e não no choque em si. Assim, análise é apresentada em duas abordagens:

a). Fase anterior ao choque

- i.) *Contexto*: ambiente externo altamente favorável; elevada liquidez internacional, petróleo como principal motor da economia.
- ii.) *Resultados*: crescimento mais acelerado; maior gasto público, e maior cumulação de reservas.
- iii.) *Nota*: maior vulnerabilidade estrutural – paradoxo da prosperidade.

b). Fase posterior ao choque

- i.) *Contexto*: ambiente externo adverso; menor espaço fiscal, e maior escrutínio financeiro internacional.
- ii.) *Resultado*: Ajustamento macroeconómico; contenção fiscal; e flexibilização cambial.
- iii.) *Nota*: crescimento mais baixo e custos sociais elevados – padrão típico de economias dependentes de commodities.

Portanto, a situação macroeconómica actual de Angola não se sustenta em narrativas de curto prazo, mas vem sendo construída num contexto real, que exige políticas económicas rigorosas e disciplinadas. Observa-se, assim, no período mais recente, um crescimento económico menos ilusório, reflexo direto do processo de ajustamento macroeconómico. Contudo, a consolidação desse processo requer continuidade, bem como a formulação de estratégias mais consistentes, direcionadas e devidamente acompanhadas.

6. Breve Notas

A análise evidencia que o ciclo petrolífero continua a ser o factor exógeno dominante da economia angolana. Nenhum dos titulares do poder executivo estudados esteve imune aos choques, sendo as diferenças visíveis sobretudo na forma como cada governo respondeu às oscilações externas. O investimento público, o IDE, as exportações, a taxa de câmbio e a inflação refletem, de forma clara, a forte influência do preço do petróleo sobre a economia e sobre a capacidade de política económica.

³ Investigação futura.

Os gráficos sugerem que as respostas económicas foram predominantemente reativas, consistentes com o padrão de economias dependentes de commodities. Durante períodos de expansão, observa-se crescimento mais acelerado e acumulação de reservas; já nos períodos de choque, surgem ajustes fiscais, flexibilização cambial e desaceleração do crescimento, acompanhados de custos sociais elevados. Esta leitura permite compreender os efeitos reais do ciclo petrolífero, sem recorrer a narrativas de curto prazo ou percepções ilusórias de crescimento.

A situação macroeconómica recente indica que a consolidação do ajustamento exige continuidade de políticas económicas disciplinadas e estratégias coerentes, capazes de reduzir vulnerabilidades estruturais e aumentar a resiliência frente a choques externos. Estas notas prévias reforçam a importância de análises baseadas em evidência, em contraste com juízos superficiais sobre os mandatos presidenciais, e fornecem um ponto de partida para debates mais informados sobre política económica em Angola.

7. Fontes Consultadas

- BNA/DES. (8 de 5 de 2025). *Estatísticas Externas*. Fonte: BNA/DES: <https://www.bna.ao/#/pt/estatisticas/estatisticas-externas/dados-anuais>
- Domar, E. D. (1946). Capital expansion, rate of growth, and employment. . *Econometria*. <https://doi.org/10.2307/1905364>, 137–147.
- Governo de Angola. (2017). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2018–2022 (PND)*. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento.
- Hausmann, R., & Hidalgo, C. A. (2009). The building blocks of economic complexity. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 10570–10575.
- Imbs, J., & Wacziarg, R. (2003). Stages of diversification. *American Economic Review*, 63–86.
- Instituto Nacional de Estatística -INE. (2025). *Inquérito ao Emprego em Angola*. Luanda: INE .
- Kaldor, N. (1966). *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom: An inaugural lecture*. Cambridge: University Press.
- Keynes, J. M. (1936). *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Macmillan.
- Minfim. (12- 23 de 4-9 de 2025). *Estatística Base de Dados*. Fonte: Minfin: <https://www.minfin.gov.ao/estatistica/base-dados>
- Morsy, H., Balma, L., Mukasa, & N., A. (2021). Not a good time': Assessing the economic impact of COVID-19 in Africa using a macro-micro simulation approach. *African Development Review*. <https://doi.org/10.1111/afdr.12526>, 17–30.

- Myrdal, G. (1960). *Beyond the Welfare State: Economic Planning and its International Implications*. New Haven: Yale University Press.
- Rodrik, D. (2016). Premature de industrialization. *Journal of Economic Growth*, DOI:10.1007/s10887-015-9122-3, 1–33.
- Rosenstein-Rodan, P. N. (1940). Problems of industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. *The Economic Journal*. <https://doi.org/10.2307/2225315>, 202–211.
- Sachs, J. D., & Warner, A. M. (1995). *Natural Resource Abundance and Economic Growth*. Cambridge: National Bureau of Economic Research.
- Smith, A. (1776). *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. London: W. Strahan and T. Cadell.
- Solow, R. M. (1956). A contribution to the theory of economic growth. *Solow, R. M. (1956). A contribution to the theorThe Quarterly Journal of Economics*, 70(1), 65–94. <https://doi.org/10.2307/1884513>, 65–94.
- Thirlwall, A. P. (1979). The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, 45–53.
- Verdoorn, P. J. (1949). Fattori che regolano lo sviluppo della produttività del lavoro. *L'Industria*, 3–10.
- Vica, P., & Silva, G. d. (12 de 12 de 2025). The Great Illusion of Growth Driven by Crude Oil Exports The Paradox of Prosperity in the Angolan Economy. *Angolan Mineral, Oil & Gas Journal*, v. 6, n. 6, pp. 1-10.
- Word Bank. (acess May, 20 (2024)). *Economy & Growth. data indicator*. <https://data.worldbank.org/indicator>.
- Young, A. A. (1928). Increasing returns and economic progress. *The Economic Journal*, 527-542.